

EDITORIAL

2016: Nova aventura das elites

Ester Vaisman¹

Vânia Noeli Ferreira de Assunção²

Defrontamo-nos atualmente com um retrocesso que se põe em vários planos da existência humano-social, e não apenas naquele que diz respeito à configuração político-jurídica-institucional. Retrocesso, sem perspectiva de solução no horizonte, que caracteriza não apenas o Brasil, a América Latina e formas societárias de sua igualha, mas que se apresenta de forma inegável pelo mundo afora. Temos pela frente – e o século XX o evidenciou com toda violência – um período de tragédias contínuas, de retrocessos que tenderão a inviabilizar cada vez mais qualquer passo que sinalize ou indique no horizonte visível algo como a emancipação humano-social.

Falar em retrocesso não significa de modo algum afirmar que anteriormente conhecemos algum avanço efetivo, seja no caso brasileiro seja no plano das diversas configurações socioplanetárias. Antes, significa afirmar que o retrocesso que presenciamos emergiu, em seus largos traços, no momento em que a movimentação do trabalho veio a fracassar devido às *inviabilidades originárias* de trânsito ao socialismo que se verificaram no Leste Europeu e em diversas outras tentativas malogradas, com seus próprios enredos trágicos – que demonstraram os limites de uma revolução política, constituindo sociedades que ultrapassaram o capitalismo mas que continuaram tendo sua vida social matrizada pelo capital, *pari passu* a uma hipertrofia do aparato estatal. Lamentavelmente, em mais de um século e meio a perspectiva do trabalho não conseguiu emergir de fato, nem tampouco se pôr como alternativa à miséria material e espiritual, do que resultou invariavelmente a castração de suas possíveis encarnações – a noção de “onda conservadora” só faz sentido se vista desta perspectiva mais ampla. De forma que o retrocesso é a face terrível da derrota da esquerda, que deu lugar àqueles setores que hoje, mais acertadamente, devem ser chamados de *pseudoesquerdas*.

O cortejo trágico não cessa de passar diante de nossos olhos: ao lado dos outrora inimagináveis avanços tecnológicos, assistimos não só ao revigoramento de antigas discriminações e de preconceitos – todos

¹ Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) – câmpus Rio das Ostras.

repulsivos –, mas também ao nascimento de novos, ainda mais odiosos, que atingem populações inteiras.

Os aparatos estatais, com seu respectivo ordenamento jurídico-político e militar, prosseguem no desenvolvimento de novas formas de “parasitar e asfixiar a sociedade civil”, com práticas cada vez mais repressivas. Sem falar, é óbvio, no aperfeiçoamento da corrupção e práticas assemelhadas, que vieram a atingir *partout* níveis estratosféricos e que, ao contrário do que prega o cinismo oficial, são sim temas de interesse de todos.

O retrocesso mencionado, como apontou J. Chasin em seu texto inacabado “Rota e prospectiva”, no qual nos inspiramos fortemente, pode ser caracterizado também pela crise do pensamento contemporâneo, que passa pela rejeição da objetividade e da ciência, bem como pelo descarte do humanismo, ou seja, pela deposição da ontologia, pela desilusão epistêmica e pela destituição do homem, como agente e paciente de um processo, sem dúvidas, marcado pela contraditoriedade. Estamos diante de um *futuro ausente*...

Tal situação, como não poderia deixar de ser, afeta cabalmente a perspectiva de esquerda. Mesmo que não seja o caso aqui de enfrentarmos o problema na sua inteireza, é necessário denunciar seu caráter e clamar por uma urgente autocrítica. A pseudoesquerda, mergulhada nos restos (não faceados de maneira crítica) de uma história marcada por equívocos e derrotas, que por seu turno insistem em assombrar qualquer iniciativa nesse campo, ergue irresponsavelmente bandeiras e assume posições herdadas do estalinismo e de vertentes do marxismo vulgar, para piorar agora mescladas com as tendências teóricas irracionistas e anti-humanistas dominantes, sob o esdrúxulo e indigesto manto que esconde debilidades fundamentais. É a desrazão e o niilismo que passam a tomar conta de corações e mentes.

Desconcertados diante de tamanha desventura, esperneiam diante dos estragos perpetrados, tal como medíocres aprendizes de feiticeiro. Quando, porventura, chegam ao poder, são excelentes prestadores de serviço: agitam-se, negociam, amortizam conflitos, facultando a ação de forças retrógradas e obscurantistas. Maravilhados, riem e se comprazem tal como bobos de uma corte para a qual nunca serão de fato convidados. Representam, no mais das vezes, o exótico, são atraentes, aparentam o novo, mas não são outra coisa que o velho repaginado. Estão só de passagem, ainda que adulem e sejam afagados tal como um bichinho de estimação. Quando os ventos mudam de direção, são facilmente defenestrados, sem o devido aviso prévio.

Nos tempos em que vivemos, o óbvio precisa ser mil vezes relembrado, inclusive o que é ser *de esquerda* hoje. Esquerda e direita

designaram, originariamente, graus no interior do universo político do capital, todavia, em sua acepção plena, indicam campos políticos de natureza divergente, com base na excludência entre as lógicas do capital e do trabalho e as formas societárias respectivas. Assim, o que distingue a esquerda como campo político é sua adesão à *lógica humano-societária do trabalho*. Ser de esquerda não é a desgastada e empobrecida ritualística que mescla palavras de ordem vazias, estandartes e símbolos que nada mais dizem ou traduzem – significa, acima de tudo, ter estatuto propositivo, que reconhece e critica as leis do desenvolvimento do capital, apontando na direção da apropriação e da produção sociais com base justamente neste desenvolvimento. Nesta articulação global também podem e devem estar inseridas práticas defensivas, desde que guiadas pela teoria e pela metapolítica, nunca confundidas como fins em si mesmos. Em poucas palavras, toda ação partidária, especialmente a de esquerda, implica *esclarecimento*, de um lado, e *proposição*, de outro, sem o que se degrada em toda sorte de oportunismos. Não é esta a trama que articula os eventos mais recentes?

Dizendo de outra forma, o papel da perspectiva de esquerda é rerepresentar a crítica ao sistema do capital, tendo como horizonte a revolução social e, por via de consequência, a emancipação humana, mesmo que se reconheça a sua impossibilidade atual. Não se trata de constatar a palavra “socialismo” num programa de governo, atirado para um horizonte tão distante que em nada interfere nas práticas atuais, mas de regular sua ação em vista da revolução social, fim último, sem nunca a confundir com os meios para chegar a ela nem com aquelas medidas imediatas que visam apenas a corrigir defeitos mais desumanos do sistema, eventualmente necessárias no meio do caminho. Sem a perspectiva de transformação social para além do capital, perde-se o projeto revolucionário e a noção dos alvos intermediários, oblitera-se o objetivo a alcançar e o caminho a seguir na sua direção. O único crivo coerente para qualificar determinada propositura como de esquerda é sua *opção teórica e prática pela revolução social*. Sem esta, tende a prevalecer o governismo reformista/distributivista – que deseja alçar-se ao controle do estado para aperfeiçoá-lo e que concorre com a social-democracia – ou o governismo politicista, pautado no estatismo econômico, na “perfectibilização” do estado e na espera de uma explosão dos “deserdados da terra”, e não do agente social posicionado em condição de transformar a totalidade do sistema. Em suma, nos tristes tempos atuais, trata-se de manter entreabertas as janelas e as portas da revolução social.

É com base nesses critérios que se pode decretar a *morte da esquerda* organizada enquanto tal. De fato, a esquerda desapareceu, restando agremiações partidárias de portes distintos que se igualizam

àquelas que se põem à esquerda do capital. Os cadáveres insepultos necessitam agora mais que nunca ser enterrados para não empestear ainda mais o ambiente. Aqueles que atualmente se arvoram em representantes da esquerda têm, as mais das vezes, demonstrado uma profunda incompreensão do presente e uma impossibilidade de iluminar o futuro imediato e mediato. Padecem, portanto, de esterilidade analítica e prática as vozes partidárias que teimam em se arrogar como de esquerda. Dito de outro modo ainda, a *pseudoesquerda* de há muito tem se demonstrado incapaz de compreender a realidade, bem como desertou da revolução social. Os partidos ditos à esquerda, por seus discursos e suas atuações efetivas, estão na ordem do capital, compartilhando as mesmas bases teóricas com outros grupos que disputam o poder. Iguais na teoria, mesmo que em diferentes níveis, resta-lhes o querer ser diferentes na vontade, mas, em geral, comprazem-se com as migalhas do banquete. Quando, eventualmente, conseguem alçar-se ao tão cobiçado centro do poder, refestelam-se, empanturram-se com as benesses que a posição lhes faculta. Mostram sua verdadeira face fazendo mais do mesmo: negociatas, corrupção e clientelismo de província.

É impressionante, mas não surpreendente, como tais aglutinados políticos mostram-se capazes de fazerem de si a súpula obscura de vários despropósitos. Estamos diante de uma fantasmagoria, produzida pela mescla da morte da esquerda – depois de uma longa e comprometedor agonia de várias décadas – com a extensão da utilidade histórica do sistema do capital, reativado com os brilhos dos novos padrões de produtividade e o gigantismo de seu intercâmbio planetário, independentemente das crises que periodicamente o abatem. Fantasma, em suma, do qual é impossível dizer que tenha ou terá alguma coisa que ver com o futuro, mas que decerto reporta duramente ao passado, e de modo abstruso e esterilizante.

Não é coincidência a morte da esquerda organizada enquanto tal e a depleção radical da individualidade. Síntese das formas de sociabilidade, a individualidade contém em si o substancial do emaranhado da existência social. O processo de individuação é revolucionário em sentido positivo e negativo: no plano estrutural, de longo curso, amplia e qualifica as capacidades humanas; em suas particularizações, no curso efetivo da história, contraditoriamente, não só se mostra restrito, como também corruptor de possibilidades deste ser em aberto. Em poucas palavras, traz à tona e entifica, ao mesmo tempo em que entorpece e desnatura. Sob o capital, cuja lógica os devora, os indivíduos desenvolveram suas forças essenciais em relação à natureza, mas não ainda em relação à sociabilidade. Nesse processo, vão sendo apartados de si mesmos, de seus produtos e das demais individualidades. A ordem do capital se tornou

espiritualmente insuportável, converteu-se no reino da indignidade, em que a luta de todos contra todos que outrora foi abertura para amplas possibilidades redundou no embuste e na impostura. É a épica do estranhamento, da decomposição da individualidade, da degeneração da *persona*, da *humanitas*. É o desmanche de toda integridade, ou a individuação do desmanche, a personificação da negação do ser autoposto. E a falta de caráter, como traço necessário da individualidade atual, corresponde à lógica do capital autoexpandido.

Nesse contexto, a pseudoesquerda ainda apresenta pecados singulares. Envereda pelo coletivismo – a ideologia da pobreza material e espiritual que não só não supera a propriedade privada como aposta na sua generalização –, desconhecendo a importantíssima questão dos processos de individuação. Incorre no voluntarismo, crença na onipotência da vontade, desconsideração das condições objetivas pelo reforço desmesurado do papel da subjetividade. É incapaz de efetivar uma crítica do mundo e de si, redundando em um dogmatismo não raro autocondescendente. Degenera em oportunismo, generalização da mentalidade burguesa sobre um homem egoísta, que confunde a luta do homem por seus interesses com a luta por interesses egoístas, principalmente porque é assim que age. Celebra o estatismo, acredita no poder purificador da administração estatal, pelo que pleiteia o poder político para aperfeiçoá-lo – em vez de esmagar este *pesadelo asfixiante*.

As pseudoesquerdas, por fim, ainda primam pelo partidarismo político, que pretende tornar os instrumentos específicos da Revolução Russa em condições gerais para a efetivação de qualquer revolução. Um partido político autêntico, pela melhor das análises da realidade, é capaz de dirigir suas ações como meios de efetivação, o mais próximo possível, dos conteúdos projetados pelas necessidades imediatas e virtualidades gerais das categorias que assume por parâmetro e base de apoio. Uma organização política independente que se põe na perspectiva do trabalho deveria ir da subsunção ativa à possibilidade objetiva, e fazê-lo não mais como expressão da parcialidade da “condição operária”, mas como afirmação universal do homem. Nesse mister, o programa partidário é uma peça estratégica, instrumento de afirmação orgânica, representação societária e perspectiva global; já a plataforma eleitoral é tática, sinalização de pontos fulcrais para uma atuação no poder. Inobstante, as legendas existentes distanciam-se largamente deste papel histórico e recaem no *mito partidário*, santíssima trindade que reúne partido, programa e formas de procedimento. Como compreendem muito mal a realidade, embaralham programas e plataformas, enroscando-se entre o tático e o estratégico e oferecendo respostas ora inexequíveis ora amesquinhas diante de um cenário específico. Apegam-se em demasia aos ritos e

ossificam o partido, que se transforma de meio em fim último. Em vez de estarem na vanguarda das massas desvalidas, as agremiações partidárias, especialmente as que se afirmam à esquerda, reforçam suas fraquezas e erros e eventualmente põem-se a reboque destas.

O *economicismo* e o *politicismo* também campeiam na pseudoesquerda e, embora pareçam à primeira vista opostos, são, na verdade, movimentos simétricos. Em primeiro lugar, são degenerações teóricas e práticas, respectivamente, da *luta econômica* e da *luta política*. A economia é o complexo de produção e reprodução material da existência humana, a atividade vital/essencial do homem, da qual não é possível separar a interatividade dos produtores. Na economia há uma interdeterminação entre homem (sujeito), atividade (seu predicado) e interatividade (o exercício real daquela capacidade). Ora, o *economicismo* é o desfazimento desta interrelação, o estabelecimento do primado unilateral, automatizado, determinista, da economia tomada como um entre outros fatores estanques e isolados. Em paralelo, reduz-se a amplitude e a intensidade das reverberações da práxis humana, de forma que a ordem econômica é naturalizada.

Seu paralelo em termos políticos é o *politicismo*, ou seja, a concepção que desmancha a complexidade do real exclusivamente na dimensão política, apenas uma das especificidades que compõem o todo, hipertrofiada e indeterminada. Falsificação teórica e, na prática, objeto irreal, uma vez que resultante de uma bárbara e não fundamentada amputação do ente concreto, é algo bem distinto da consideração de que todo grande problema é um problema político no sentido de dizer respeito aos negócios públicos, bem como do ato de politizar, que supõe uma teorização sobre a totalidade. Este procedimento surge de uma incompreensão da sociabilidade – tipo de ser autoposto cuja essência, constantemente transformada, são as próprias relações sociais. Devido aos limites de seu entendimento, a sociabilidade não é compreendida como substância do ser humano, pelo contrário, o indivíduo é visto como algo distinto da sociabilidade, contraposto a ela, como se fosse de natureza diferente. Esta visão está presente em inúmeras correntes, algumas das quais divergentes entre si, como as que trazem uma visão de indivíduo abstrato ou aquelas que abordam o indivíduo como suporte de uma condição humana insondável – várias delas largamente presentes nas bases teóricas das pseudoesquerdas atuais.

Essa concepção coloca o indivíduo e a sociabilidade como polos que se excluem mutuamente. Entende que o indivíduo só se realizaria em sua substância, só se configuraria em sua plena realizabilidade no plano da ordem política. Se não é nova – tem suas raízes na filosofia clássica, passando pela metafísica –, esta teorização que eleva o político à esfera da

realização humano-individual atinge o seu ponto mais alto sob a sociabilidade do capital. Julga que é só nesse plano que se realizaria a convivência humana e a própria possibilidade da justiça. Concebe o momento propriamente econômico como menor, afastado da sociabilidade, como atividade que caracterizaria o submundo da existência e que, ademais, poria problemas que só poderiam ser resolvidos pela via do político, não encontrando em si mesmo as possibilidades de resolução dos dilemas que aí se verificam. Assim, o politicismo é intrínseco à ordem do capital, que naturaliza o âmbito econômico enquanto apresenta a ordem política como amoldável e, ainda mais, como a esfera decisiva, aquela que realizaria a justiça e moldaria a convivência humana. Aí a política aparece não como exercício do *poder*, mas como prática da *socialização*.

No politicismo as dimensões sociais, ideológicas, culturais e especialmente econômicas são amputadas do real, deixam de ser considerados em seus entrelaçamentos contínuos e indissolúveis, e deixa de ser captado o caráter matrizador e determinante do econômico. Há, portanto, uma desobjetivação pela ênfase na atividade teórica da subjetividade e num suposto caráter arbitrário dos processos reais. No politicismo o sujeito é divorciado de seu predicado, de forma que a esfera produtiva é relegada a posição secundária, perdendo densidade. O politicismo reduz o complexo fundante – a produção material da vida – a fator, empobrecendo sua relevância, sua irradiação e sua preponderância. Desordenada a lógica própria que as enforma, as determinações passam a ser voláteis, arbitrárias, fortuitas. A separação do que é ontologicamente inseparável possibilita ao político aparecer como determinante. *Pari passu*, a economia é atrelada à esfera do privado, enquanto a política ganha estatuto formal de “coisa pública”.

Assentada na contradição entre a vida pública e a vida privada, a politicidade só pode manter diante da sociedade uma posição administrativa, sem solucionar aqueles problemas dos quais ela própria descende, pelo que *sua lei é a impotência*. Não compreendendo este fundamento ontológico, os diversos grupos políticos se acusam mutuamente, responsabilizando a política do grupo contrário pelos problemas sociais – como sói acontecer aqui bem próximo de nós. Assim, cada partido político encontra a razão de todo o mal no fato de que não seja ele, mas seu concorrente, que está à frente do estado, mantendo-se preso a um entendimento político que o leva a tomar medidas administrativas e filantrópicas inócuas. Quanto mais unilateral e, portanto, mais perfeito é o entendimento político, tanto mais crerá na onipotência da vontade e incapaz será, por conseguinte, de descobrir a fonte dos males sociais.

A política implica negociação, de forma que esta lhe é intrínseca, configurando, a um tempo, sua grandeza e sua miséria: se reconhece contraditórios e pleiteia sua resolução pela via racional, redundando na conciliação, no freio às contradições em vez de sua radicalização. Com a negociação a política reforça sua impotência resolutiva, torna-se protelação.

A efetiva alternativa socialista significa compreender que o inimigo são a propriedade dos meios de produção e o estado, não cabendo lutar pela estatização econômica e pela perfectibilização do estado e da democracia, pois um aprimoramento da política significaria aprofundar as mazelas que a tornaram necessária. Para evitar mal-entendidos e críticas capciosas, afirmamos: falar em metapolítica não significa de modo algum recusar a participação política, nem muito menos refutar a adesão partidária. Metapolítica é sinônimo de *radicalidade*, de *tomar as coisas pela raiz*. Que forças da pseudoesquerda estão empenhadas nesta tarefa ingente?

Enfatize-se mil vezes que não se trata aqui de preciosismo academicista, de críticas de interesse meramente teórico: este enorme vazio no entendimento do mundo leva frequentemente a tomadas de posição equivocadas nas quais, muitas vezes, diluem-se as poucas energias progressistas disponíveis no momento e, diante do necessário fracasso, espalha-se o desânimo generalizado.

A crítica radical de todos os partidos e equivalentes se mostra também necessária porque se assume aqui uma posição radical pela perspectiva do trabalho, radicalidade que obriga inclusive a reconhecer e compreender o debilitamento estrutural do proletariado fabril ou tradicional.

A sustentação da necessidade da revolução não se dá mais, inclusive nunca se deu em Marx – para quem o proletariado sempre foi meio e não fim –, pela invocação de uma figura específica da esfera do trabalho, mas é esta ou, mais precisamente, sua *lógica onímota* que tem de ser resgatada e preservada como fonte de perspectiva de futuro. Donde a importância da identificação de suas parcelas mais avançadas, plataforma da ilação de futuro, de suas possibilidades de assumir e desempenhar a função de agente, não deixando de examinar a integração de todos os setores do trabalho como os vetores energéticos da força social global necessária para a efetuação das transformações radicais integrantes de uma nova configuração da mundaneidade humana. O que está em jogo, pois, não é o simples futuro de uma classe, mas o devir do gênero humano, considerado na sua concreta configuração de infinitude de indivíduos.

A análise politicista, ao revés, embaralhou e confundiu o agente, o meio, na figura do proletariado, com a finalidade, o desenvolvimento

humano do gênero – o universal concreto dos homens. As derrotas e impasses dos últimos 160 anos – duração de toda a história "proletária" –, com ênfase particular nas vicissitudes atuais do universo do trabalho, induzem, ao menos, à necessidade de desfazer as confusões e os mitos criados, para tornar possível o resguardo e a revitalização da propositura da revolução como *necessidade vital dos homens*, e não como mesquinha classista e partidária, com que os descaminhos de um século largamente contraditório a corromperam até à morte.

No Brasil, o capitalismo se objetivou por um caminho bastante particular. Aqui o ingresso na fase de industrialização manteve uma estrutura agrária formada por grandes propriedades de origem colonial que produziam para o mercado externo. No país, a implantação e progressão do capitalismo industrial foram hipertardias, lentas e intermitentes, e ademais embasadas na superexploração dos trabalhadores, no pagamento da força de trabalho *abaixo de seu valor histórico*, o que acarreta num nível dramaticamente baixo das condições de vida da população brasileira.

O surgimento estruturalmente subsumido ao mercado europeu resultou na sujeição da burguesia brasileira às burguesias dos países do centro capitalista. Esta burguesia subordinada jamais buscou, por meio de um processo revolucionário de massas, sua emancipação econômica e política do domínio estrangeiro. No campo interno, não houve uma revolução burguesa que opusesse as classes representantes do *historicamente novo* às que encarnavam o *historicamente velho*. A ausência de uma revolução democrático-burguesa impediu que a burguesia brasileira forjasse uma identidade e uma organicidade nacionais. Como resultado, a burguesia nacional refugiou-se na covardia e se anulou diante de certas tarefas práticas que nos países clássicos foram assumidas pelas burguesias locais. Por isso, as grandes tarefas burguesas no Brasil acabaram sendo levadas a cabo pelo estado – algumas vezes, contra seus interesses imediatos, embora sempre a seu favor – ou foram instituídas “pelo alto”, conciliando interesses dos diversos setores das classes dominantes.

De horizontes estreitos, de potência autorreprodutiva limitada, as *personae* do capital atrofico não puderam assumir um projeto nacional em que estivessem integradas as categorias sociais subalternas. Abriram mão de toda ilusão a respeito da democracia liberal e da *liberté, fraternité, égalité*, concentrando-se na realização de seus interesses mesquinhos. Pela sua atrofia estrutural e pelo seu atraso histórico, a burguesia nacional manteve-se permanentemente em conflito aberto com as categorias sociais

de baixo, ao mesmo tempo em que se subsumia ou conciliava com os outros setores sociais dominantes. Tal situação só poderia ser mantida por longo prazo e com segurança com o recurso à força e ao monopólio do poder, com formas de dominação *autocráticas*, institucionalizadas ou abertamente bonapartistas. O monopólio do poder pela burguesia está jungido à sua subordinação ao estrangeiro, pois capital subalterno e soberania popular não se assimilam. Na ausência de uma revolução democrático-burguesa, as massas trabalhadoras não tiveram oportunidade de participar do processo de constituição de uma nova ordem. Com isto, não tiveram oportunidade de interferir minimamente nem fazer valer algumas de suas reivindicações.

Ultrarretardatário, de avanço lento e estruturalmente atrofiado, resultado da conciliação com as forças sociais representantes de formas socioeconômicas inferiores e da subsunção ao capital hegemônico mundial, o capitalismo brasileiro realizou apenas uma modernização excludente, em que o progresso social esteve radicalmente dissociado da evolução nacional. Em nossa realidade, toda modernização significou a reprodução da miséria das massas e da subordinação estrutural ao estrangeiro. A extrema desigualdade social brasileira é resultante deste processo, ou seja, de uma determinada maneira de ser do capital. Só neste nível poderia ser combatida, nunca por um distributivismo falaz que desconsidera a articulação e a determinação entre produção e distribuição. O “embrião maldito do capital incompletável”, não contemporâneo de seu tempo, aditado à raquítica substância teórica e prática da esquerda organizada, configurou exatamente a *miséria brasileira*. O inacabamento da classe que representava a perspectiva do trabalho e o da burguesia se reforçavam mutuamente.

A esquerda tradicional – o Partido Comunista, em especial – abraçou as bandeiras da burguesia clássica, já abandonadas até por estas àquela quadra histórica, e tomou para si a tarefa de integralizar o capitalismo nacional, pela aliança de classes, qualificando-se como profundamente *caudatária*.

Já a *nova esquerda*, surgida no bojo da movimentação operária de final dos anos 1970, foi uma faísca marcante, mas fortuita, incapaz de se autossustentar e que, paralelamente, foi minada pela sua imediata instrumentalização político-partidária. Representava uma corrente fraca dos trabalhadores, dada a incompletude de classes por estas plagas, ainda mais enfraquecida pela desorientação a que foi submetida.

Imergindo cada vez mais no politicismo, recobriu-se com o manto da esquerda sem que sua prática ou sua teoria o corroborassem. Refugiando-se na sua radicalidade subjetiva, recusou-se teimosamente a se assumir como vertente popular da social-democracia e, simultaneamente,

afastou-se do movimento sindical, seguindo pela via puramente eleitoral. Com o que se perdeu na busca pela domesticação ou democratização do capitalismo, pleiteando um estado e um capitalismo que, diferentemente do neoliberal e do nacional-estatista, funcionasse para os de baixo – o que é uma impropriedade. Sua visão de socialismo aproximou-se cada vez mais de um capitalismo mais justo e humano, orientado filosoficamente pelo moralismo e tendo o distributivismo como plataforma. Nominalista, acreditou que o uso de certas palavras tivesse o condão de efetivar modificações na realidade efetiva. Verdadeiro *fantasma idolatrado da esquerda ausente*, achou que movimento sindical é diretamente movimento operário, confundindo uma legítima ação corporativa de frações profissionais com a entificação de classe que encarnou a lógica onímoda do trabalho.

O limite da democracia, não desprezível, é ser aquele regime em que não há estrangulamento administrativo ou pela força das contradições e elas podem ser levadas ao extremo e resolvidas. Sendo a forma mais apropriada ou necessária ao capital (a competitividade lhe é inerente), que chega a lhe dar aparência de conquista universal, a perspectiva crítica da lógica humano-societária do trabalho só pode se posicionar para além da democracia e da política, isto é, pela trama da sociabilidade. Ora, o PT se empenhou em uma *revolução dos procedimentos*, apostando na democracia participativa meramente enquanto participacionismo negociador.

De fato, o PT fez o aprendizado da negociação – e o fez nos piores moldes, como o desfecho do enredo de seus governos demonstra. Este partido teve inicialmente uma posição sectária que identificava toda política de frente a uma posição caudatária. Mas a política da teimosia, da vontade matrizante, só alcança alguma eficácia – e apenas no plano da percepção, deixando o essencial intocado – em circunstâncias especialíssimas. Dito de outra forma, o politicismo voluntarista do PT, impotente, tendeu a refluir quando do exercício de algum mandato executivo. Ademais, no Brasil, como o petismo aprendeu até à degeneração, durante todo o século XX não era possível a um partido governar sozinho, dada a inorganicidade das classes sociais e de suas legendas: no Brasil, particularidade fragmentada, não couberam grandes partidos fortes e estáveis, aptos a projetar uma identificação nacional efetivamente integradora dos diversos personagens societários, e sim conglomerados de múltiplos interesses, tendências e extrações que se esgotam logo atinjam ou sejam ultrapassados os objetivos que os moldam.

Uma frente é uma articulação de classes ou de frações de classes assumidas enquanto independentes, e não a somatória superficial de individualidades, muitas vezes não passíveis de soma. No caso específico

das esquerdas, deve estar matizada pela perspectiva do trabalho, que compreende independência ideológica, organização política autônoma e definição precisa do programa a ser seguido (podendo estabelecer uma plataforma comum com outros segmentos sociais, em atendimento a exigências políticas de uma realidade dada). Mas a pseudoesquerda perdeu até a condição de componente válido de uma política de frente, quando esta se impõe e viabiliza. Vislumbrando a possibilidade de alçar-se a novas, prestigiosas e rentáveis posições, tomou seus aliados como tolos a lograr ou cúmplices a adular. A afirmação de si mesmos prevaleceu largamente sobre a defesa de um projeto. Desqualificada e degenerada, pôs uma solução frentista de talhe neoliberal, conjugada com propostas de atendimento social – desde seu nascimento, nunca teve a perspectiva de sustentação de um projeto mais amplo de transformação do país que passasse por um programa econômico do trabalho.

Oportunidades históricas houve em que se poderia ter infletido as bases da sociabilidade nacional numa direção diferente. Essas oportunidades foram perdidas e não mais se puseram, pois a industrialização brasileira se consolidou, fechando-se um ciclo histórico nos umbrais da globalização. As inflexões do capitalismo globalizado, que impôs novos parâmetros internacionais ao sistema de produção e circulação, reverberam no Brasil, desde sempre inserido no mercado internacional. Nesse sentido, o país foi forçado a uma reestruturação interna, diante do inédito estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da nova forma de circulação do capital, que repousa na esfera do mercado mundial. Por outro lado, a globalização não se particulariza no vazio, mas se efetiva em nações, regiões ou configurações sociais que têm uma dada estrutura material que determina a forma pela qual elas vão, podem ou não se inserir. No Brasil, esta reestruturação manteve intocada a problemática nacional, no que ela tem de substancial, embora, hoje, a sociabilidade nacional seja muito mais complexa e diversificada do que décadas atrás.

Em vez de ser entendida como fase específica de um processo histórico, a globalização foi rebaixada à especulação financeira, à política, à ideologia – mais um efeito do economicismo e do politicismo, advindos, por sua vez, do desconhecimento de Marx, da absorção do desconstrutivismo antitecnológico (no campo teórico) e da falência do nacional-estatismo, da queda do Leste Europeu (no plano prático). Donde, as pseudoesquerdas enclausuraram-se num anacrônico – conservador mesmo – nacionalismo; e num nacionalismo que regrediu cada vez mais da esfera econômica à política. Ora, a história já demonstrou, na primeira metade do século XX, os limites do fôlego e do alcance prático dos regimes imbuídos de tal ideologia; ela renasce, em plena globalização, em formas

grotescas, como a xenofobia e os fundamentalismos atestam. De forma que se pautar pelo nacionalismo, atualmente, é atuar a partir de uma perspectiva extenuada, vencida, contra a lógica irreversível do movimento histórico atual.

Em nome do agente social da emancipação – a encarnação da perspectiva do trabalho –, no Brasil a pseudoesquerda vulgarizada tem assumido um papel extremamente contrarrevolucionário. Desprezada pelos adversários e pelos inimigos, limita-se a mobilizar a militância despreparada e iludida, desperdiçando as energias das massas, quando estas são postas em movimento.. Sua atuação tem se evidenciado como a engenharia da mesquinhez, da esperteza e do despudor, somados à falta de escrúpulos teóricos. Espojou-se com o “baixo clero” e a bandidagem explícita que comandam a política num nível no qual o processo decisório não se trata mais de sopesar a correlação de forças, mas de se afundar em intrigas, desqualificações pessoais, mentiras, acusações e outras práticas tão inescrupulosas quanto.

Paralelamente ao afloramento do submundo da política, com a corrupção sendo praticada à luz do dia por verdadeiras células criminosas espalhadas monumentalmente no interior do aparato jurídico-político, generalizou-se a lógica da atividade política como prestação de serviços, puro clientelismo, tornada mesquinho paradigma de ação política em geral. Tricas e futricas, intrigas e mentiras – não foi exatamente este o roteiro de novela mexicana a que assistimos no Brasil dos últimos meses, protagonizado por diversas frações na disputa pelo poder?

O mais lamentável é que, nos dias que correm, têm chafurdado neste nível até figuras antes mais elitizadas e que hoje manifestam um profundo rebaixamento de caráter e de percepção de mundo. Não se trata, simplesmente, de que as *personae* que a política gera, mesmo diferenciadas em termos qualitativos, são trespassadas todas pelo poder, são todas passíveis de ser ou vir a ser patológicas, o que é real, mas de que assistimos a um miserável espetáculo protagonizado por atores de baixíssimo nível, destituídos de valor próprio, representando míseros papéis. Exemplifique-se com FHC, afogado na vileza, e seu partido, outrora envergonhado das mazelas nacionais e disposto politicisticamente a modernizar o Brasil para elevá-lo a um nível de civilidade aceitável: basta lembrar Franco Montoro e Mario Covas, comparando-os com os atuais tucanos de alta plumagem, para constatar a decadência generalizada nas hostes do PSDB. Lembre-se, ainda, da triste figura de Luís Inácio da Silva. Este nasceu como Lula, o produto mais extraordinário das movimentações operárias de fins dos anos 1970, o primeiro líder de toda a história sindical brasileira a presidir assembleias com quase cem mil pessoas. Este grande líder sindical foi se mesclando com Luís Inácio da Silva, animal partidário,

e se transformando paulatinamente de político inexpressivo a liderança carismática, até chegar aos dias atuais, em que se tornou uma figura embevecida pela vaidade de andar com os grandes e cobrar o mesmo que eles pelas suas falas públicas, como andou alardeando em momentos graves, que exigiam mais sobriedade e compostura. Confundido pela própria percepção se si e de sua obra, protesta em alta voz por ter sido supostamente traído por quem “nunca na história deste país” ganhou tanto quanto sob seu governo e da sua inepta sucessora. Acreditou estar acima das classes, tirando de uma para dar à outra, favorecendo a todas enquanto seu partido da ordem embolsava algum no meio do caminho.

A mais recente equação política aventureira de parte nada desprezível do *establishment* brasileiro propalou-se, de fato, nas condições criadas pela irresponsabilidade e perplexidade das elites econômicas diante dos efeitos da crise em curso. Os setores dominantes, fracionados, incapazes de unificar seus interesses díspares diante da crise e, portanto, da diminuição do tamanho do “bolo”, não mais sentiram firmeza na sustentação do último arranjo petista. Assim, setores importantes quiseram acreditar que o pacto medíocre e de evidente cunho manipulatório proporcionaria, na falta de alternativa e a alto custo, uma ferramenta ao menos razoável para reajustar e levar à frente seus negócios, e se viram, mais uma vez, na contingência de lançar mão de um grupo de bandidos “liderados” por uma figura medíocre e oportunista. Premidas pela crise de 2008, que se deu no plano global, cujas consequências ainda se fazem sentir, e assustadas diante da possibilidade de perder a parte que sempre lhe coube na divisão dos despojos, a partir das inviabilidades promovidas sob o manto da recente configuração governamental petista, patrocinou e pretende manter sob controle o grupo artificioso composto por indivíduos visivelmente destituídos de escrúpulos. Tornaram-se reféns de suas criaturas mais abomináveis, conjunto disforme de pilantras banais e acólitos grotescos, que sempre estiveram aí, aproveitando-se das benesses que os partidos de plantão e seus representantes governamentais estiveram ordinariamente dispostos a promover. Podem até livrar-se de alguns, mas os prejuízos gerados por tal compromisso logo baterão à sua porta – em verdade, já estão batendo.

Neste número, *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas* traz um conjunto de textos que convidam à reflexão sobre a realidade contemporânea, especialmente a brasileira, a partir de temas candentes e sob o influxo do rigor teórico. Convidamos nossos leitores à leitura crítica e ao debate rigoroso, tão necessários à compreensão lúcida destes tempos obscuros.